



Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do BTG Pactual e do FGV
IBRE e doutor em economia

banrisul

O legado de Haddad

Ministro entregou a reforma tributária e foi bem na área monetária

O ministro Fernando Haddad deixou a Fazenda para concorrer ao governo do estado de São Paulo. Bom momento para um balanço dos quase três anos e um trimestre à frente do ministério.

Haddad estabeleceu a agenda do terceiro mandato de Lula. Convenceu o presidente de sua importância e foi bem-sucedido em negociá-la no Congresso Nacional. A agenda tinha três elementos. Primeiro, oferecer uma regra fiscal alternativa ao teto dos gastos que caíra com a emenda constitucional da transição. Segundo, aprovar a reforma tributária dos impostos indiretos. Terceiro, aprovar um conjunto de medidas tributárias que combatessem a elisão fiscal, estimulem a justiça tributária e reequilibrem os litígios entre a Receita Federal e o setor privado.

O arcabouço fiscal tem um bom desenho, combinando elementos do teto de gastos uma meta de crescimento do gasto primário com elementos da meta de superávit primário. É incoerente com a regra de valorização do salário mínimo real e com a indexação dos pisos constitucionais de saúde e educação à receita corrente líquida, tema tratado na coluna anterior. Essas duas medidas foram decisões exclusivas do presidente da República às quais Haddad teve de se ajustar.

A reforma tributária dos impostos indiretos é a reforma institucional mais importante desde o Plano Real. Tratei em detalhes dos seus impactos positivos nesta Folha em julho de 2023.

Na parte tributária, o ministro aprovou a tributação sobre

os fundos fechados de investimentos; regularizou o preço de transferência das traders na exportação de commodities, o que gerava muito lucro transferido ao exterior; minimizou a perda de arrecadação com a contaminação dos incentivos de ICMS, que os governos estaduais praticam, sobre a base de cálculo do IRPF; conseguiu aprovar um cronograma de desmame da desoneração da folha de salários e do Perse e aprovou legislação de redução de 10% do gasto tributário, além de retornar para a Fazenda o voto de qualidade no Carf, entre outras medidas.

Em 2025, aprovou o imposto sobre as altas rendas, primeiro passo na busca de maior progressividade tributária. Apesar de ainda ser necessária uma reforma mais abrangente da tribu-

tação sobre a renda do capital, Haddad iniciou o processo.

Infelizmente, a recente aprovação na Câmara de regime de urgência para o aumento do limite do faturamento de uma empresa para o enquadramento para o regime tributário do Simples é um retrocesso à agenda de progressividade tributária. Espero que no próximo mandato a sociedade enfrente toda a regressividade dos regimes tributários especiais do Simples e do lucro presumido.

Na área monetária, como membro do Conselho Monetário Nacional, o ministro foi bem: contribuiu para manter a meta inflacionária em 3% e alterou o horizonte de cálculo da meta, de ano-calendário para um horizonte móvel.

A meta em 3% e a independência do BC foram essenciais para que a inflação no quadriênio do terceiro mandato de Lula fosse a menor das últimas décadas.

O que faltou foi construir as condições para que a economia

brasileira consiga operar com juros baixos. Os juros são elevados em razão de escolhas da sociedade. Não é culpa deste ou daquele político. Talvez alguma liderança consiga entender esse fato e convença a sociedade de que as regras devem ser compatíveis com gasto público crescendo ligeiramente abaixo do crescimento da economia. Caso contrário, teremos de passar em algum momento por uma crise fiscal ou de crédito. O que faltou foi construir as condições para que a economia

Crédito ágil para o seu negócio.

Banrisul Giro Digital

é a linha de crédito ideal para necessidades de caixa, investimentos e melhorias no seu negócio.



Restrição e aumento do preço do diesel impactam colheita da safra no Estado

AGRONEGÓCIO

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

O agravamento do conflito entre Estados Unidos/Israel e Irã, com o fechamento do Estreito de Ormuz - uma das principais rotas globais de petróleo - já provoca efeitos diretos no Rio Grande do Sul, com impacto no abastecimento de diesel em período de colheita da safra. Levantamento da Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs) aponta que 44,4% dos 371 municípios que responderam à consulta até ontem, relataram algum nível de dificuldade no acesso ao combustível.

São 165 municípios. Os registros se concentram principalmente nas regiões Sul, Central e das Missões, nas culturas de soja, arroz e milho. Segundo a presidente da Famurs e prefeita de Nonoai, Adriane Perin de Oliveira (PP), cer-

ca de 80% dos municípios gaúchos têm na agricultura a base da economia. Para ela, o cenário já ultrapassa a questão logística e atinge a economia local. "Não é só uma crise de abastecimento, é uma crise econômica", afirmou.

Na ponta, produtores enfrentam dificuldade para garantir o combustível necessário à operação das máquinas e convivem com forte alta de preços. Em Santo Augusto, o produtor de soja Milton Julio Wengrat relata que precisou buscar diesel a preço fora do padrão habitual para conseguir iniciar a colheita. "Eu estava sem o combustível, mas consegui mil litros. Dá para um dia na lavoura", disse.

Com área de 370 hectares, ele estima consumo de cerca de 10 mil litros ao longo da operação. Parte do volume foi adquirida a R\$ 7,29 por litro, frente aos R\$ 5,40 pagos anteriormente - um aumento de aproximadamente 35%. Além disso, o produtor relata negociações

ainda mais caras, mesmo em compras diretas com distribuidoras, citando aquisições a até R\$ 7,79 por litro. Apesar de ter iniciado a colheita no período adequado, Wengrat demonstra preocupação com a continuidade dos trabalhos diante da incerteza no abastecimento. "Se parar, a gente perde na lavoura", afirmou.

O cenário ocorre após uma sequência de anos adversos, com perdas por estiagem e excesso de chuvas, o que reduz a margem de segurança financeira dos produtores. A dependência da agricultura como base econômica amplia os efeitos da crise. De acordo com Adriane, a escassez de diesel compromete tanto a colheita quanto o escoamento da produção.

"Os municípios têm que optar ou garantir o transporte de ambulância ou abrir uma estrada para transportar os grãos", afirmou. Segundo a Famurs, os estoques disponíveis são limitados. "O relato dos prefeitos é de que o estoque

dura de 10 a 15 dias para serviços essenciais", disse. Há registros de diesel acima de R\$ 8 por litro em diferentes localidades. A crise também projeta impactos para o próximo ciclo produtivo, especialmente no custo de insumos. Wengrat relata aumento expressivo no preço dos fertilizantes.

"Desde a pandemia os preços não normalizaram, e agora com a guerra acabou onerando mais", afirmou. Segundo ele, o sulfato de

amônia passou de cerca de R\$ 1,2 mil a R\$ 1,5 mil por tonelada para mais de R\$ 2,2 mil. Adriane reforça que os fertilizantes representam parcela relevante dos custos agrícolas. "Cerca de 40% do custo de produção vem dos fertilizantes", disse. Diante da situação, a Famurs iniciou articulação com entidades do setor produtivo e o governo do Estado para consolidar um diagnóstico e pressionar por medidas junto ao governo federal.

MILTON WENGRAT/ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC



Em Santo Augusto, produtor teme não conseguir diesel para colher soja